

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

FERNANDA MEDIANEIRA FONTANA XISTO

**AS FINANÇAS PÚBLICAS DO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO
PERÍODO PÓS IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO REAL**

SANTA MARIA, RS

2023

FERNANDA MEDIANEIRA FONTANA XISTO

**AS FINANÇAS PÚBLICAS DO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO
PERÍODO PÓS IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO REAL**

SANTA MARIA, RS

2023

**AS FINANÇAS PÚBLICAS DO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO
PERÍODO PÓS IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO REAL**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para a obtenção do título de **Bacharel em Ciências Econômicas**.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sibeles Vasconcelos de Oliveira

SANTA MARIA, RS

2023

FERNANDA MEDIANEIRA FONTANA XISTO

**AS FINANÇAS PÚBLICAS DO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO
PERÍODO PÓS IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO REAL**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para a obtenção do título de **Bacharel em Ciências Econômicas**

Aprovado em 07 de novembro de 2023:

**Sibele Vasconcelos de Oliveira, Dr^a. (UFSM)
(Orientadora)**

Ednalva Felix das Neves, Dr^a. (UFSM)

Rita Inês Paetzhold Pauli, Dra. (UFSM)

SANTA MARIA, RS

2023

DEDICATÓRIA

Ao meu amado filho, Theo e minha amada mãe, Elenir.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à Deus, por ter me dado saúde e força para superar tantas dificuldades.

Em seguida, agradeço a minha mãe que tanto lutou para que eu estudasse em uma boa universidade, que me deu apoio, incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço, à minha tia Evanir, que sempre me deu todo suporte financeiro juntamente com a minha mãe.

Quero agradecer também o meu filho, Theo, que mesmo tão pequeno me deu forças para continuar e concluir este ciclo.

Agradeço ao meu namorado Guilherme, que nunca me recusou apoio e incentivo. Obrigada por compartilhar os inúmeros momentos de ansiedade e estresse. E pela compreensão das fases pelas quais passei e por sempre acreditar no meu potencial.

Às minhas amigas, Asuela Stainhaus e Cintia Souza Dalla Favera, por todas conversas e atividades desenvolvidas, mas principalmente pela amizade construída.

Declaro minha eterna gratidão, a minha orientadora Sibebe, por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa, por todo suporte, pelas correções, incentivos, paciência e acolhimento.

Por fim, agradeço à Universidade Federal de Santa Maria, mas principalmente às pessoas que a tornam possível, logo, funcionários, professores e colegas. Em especial agradeço aos professores convidados a compor a banca examinadora.

"Cada sonho que você deixa para trás, é um pedaço do seu futuro que deixa de existir."

(Steve Jobs)

RESUMO

AS FINANÇAS PÚBLICAS DO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO PERÍODO PÓS IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO REAL

AUTOR: Fernanda Medianeira Fontana Xisto

ORIENTADORA: Prof^ª. Dr^ª. Sibeles Vasconcelos de Oliveira

O presente estudo tem como objetivo analisar o desempenho das finanças públicas brasileira no período pós implementação do Plano Real. O mecanismo utilizado para alcançar o objetivo foi o levantamento e a análise de dados, análise bibliográfica e análise documental. Os índices estatísticos analisados foram a variação do Produto Interno Bruto (PIB), Consumo do Governo, montante de Despesas e Receitas e os níveis de dívida do Brasil. Dentre os principais resultados, cita-se que, apesar de não ser um processo contínuo, o PIB real do país cresceu durante o período posterior à implementação do Plano Real. O Consumo do governo apresentou variações compatíveis com as oscilações do PIB no interstício analisado. Percebeu-se pouca variabilidade das despesas e receitas do governo no período, oscilando em torno de 14% a 25% do PIB. Ainda, a análise do resultado nominal revelou períodos em que os indicadores foram deficitários, de forma que o governo brasileiro estava gastando mais do que arrecada, o que pode ser insustentável a longo prazo. Importante ressaltar que as finanças públicas devem ser constantemente monitoradas, já que são de extrema importância para compreender o panorama econômico do país.

Palavras-chave: Política Fiscal. Plano Real. Setor Público.

ABSTRACT

BRAZIL'S PUBLIC FINANCES: A HISTORICAL ANALYSIS OF THE PERIOD AFTER IMPLEMENTATION OF THE REAL PLAN

AUTHOR: Fernanda Medianeira Fontana Xisto
ADVISOR: Prof^a. Dr^a. Sibeles Vasconcelos de Oliveira

This study aims to analyze the performance of Brazilian public finances in the period following the implementation of the Real Plan. The mechanism used to achieve the objective was the collection and analysis of data, bibliographical analysis and documentary analysis. The statistical indices analyzed were the variation in Gross Domestic Product (GDP), Government Consumption, the amount of Expenditure and Revenue and Brazil's debt levels. Among the main results was that, despite not being a continuous process, the country's real GDP grew during the period following the implementation of the Plano Real. Government consumption showed variations compatible with the fluctuations in GDP over the period analyzed. There was little variability in government expenditure and revenue in the period, oscillating between 14% and 25% of GDP. Furthermore, the analysis of the nominal result revealed periods in which the indicators were in deficit, so that the Brazilian government was spending more than it collected, which may be unsustainable in the long term. It is important to emphasize that public finances must be constantly monitored, as they are extremely important for understanding the country's economic outlook.

Keywords: Fiscal Policy. Real Plan. Public sector.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - PIB do Brasil entre 1996 e 2022.....	30
Figura 2- Variação do PIB e do Consumo do Governo do Brasil.....	32
Figura 3- Variação do Consumo do Governo.	34
Figura 4- Receita e Despesas do Brasil entre 1997 e 2022 (% do PIB)	36
Figura 5- Despesas em % do PIB.....	38
Figura 6- Resultado Nominal e Resultados Primário do PIB do Brasil	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
DPMFI	Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSE	Fundo Social de Emergência
IPMF	Imposto sobre Movimentação Financeira
PIB	Produto Interno Bruto
PAI	Programa de Ação Imediata
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
URV	Unidade Real de Valor

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.2	DEFINIÇÕES ACERCA DA POLÍTICA FISCAL E FINANÇAS PÚBLICAS	17
2.3	FINANÇAS PÚBLICAS: CONCEITOS E DEFINIÇÕES.....	18
3	METODOLOGIA	21
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	23
4.1	NOTAS SOBRE O PLANO REAL.....	23
4.2	COMPORTAMENTOS DOS AGREGADOS E DAS FINANÇAS PÚBLICAS	28
5	CONCLUSÃO	47
6	REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

Os anos 1980 ficaram conhecidos como a “década perdida” da economia brasileira, isto porque foi um período de crescimento muito baixo e com a inflação e taxas de juros elevadas. Dada a realidade socioeconômica adversa, os governos procuraram por um plano econômico para estabilizar a economia. Por exemplo, no governo do Presidente Sarney, em 1986, foi lançado o Plano Cruzado, que tinha como objetivo acabar com a inflação, congelando os preços e salários. Pode-se afirmar que houve uma queda significativa na inflação em um primeiro momento, porém, em seguida, também houve aquecimento de consumo, deixando o mercado sem estoques devido a redução da oferta. A inflação ganhou força novamente e houve um aumento consequente nos preços (GAMEIRO et al., 2018).

Por conta da instabilidade, as finanças públicas ficaram sensíveis, uma vez que os encargos da dívida pública aumentaram em função das taxas de juros. É possível perceber que todos os planos criados a partir de 1986 nenhum deles ultrapassou um ano com a inflação controlada, até que o Plano Real foi lançado. Assim, argumenta-se que, no período mais recente, o Plano Real foi o primeiro plano econômico que conseguiu superar a durabilidade dos demais planos e que efetivamente conseguiu alcançar o seu objetivo com muito êxito.

O plano de estabilização monetária utilizou diferentes instrumentos de combate à inflação inercial e através de um conjunto de políticas econômicas conseguiu reduzir a inflação em níveis aceitáveis. A inflação inercial é a inflação presente que decorre de ajustes de preços em função da inflação passada. Nesse processo os agentes econômicos reajustam seus preços com bases nos índices de inflação ocorridos (Albuquerque, Medeiros, Feijó, 2008).

Se caso não houvesse essa conjunção de medidas, especialistas avaliam que a simples troca de moeda seria superficial e momentânea, assim como foi nos demais planos. Algumas das medidas implantadas foram o equilíbrio fiscal, desindexação da economia, privatizações e a abertura da economia (Mercadante, 1997).

A redução da inflação que o Plano Real ocasionou foi muito benéfica, principalmente para a classe mais pobre, pois o aumento dos preços afetava diretamente o poder aquisitivo das famílias. Sendo assim, parte da população que não possuía uma reserva financeira ficava em situação de vulnerabilidade. Era extremamente difícil para a classe mais pobre conviver com a hiperinflação.

Por conta da conquista da estabilidade da moeda e do perfil da atuação do Estado brasileiro junto à economia, o tema sobre finanças públicas ganhou cada vez mais importância e, conseqüentemente, aumentaram-se os mecanismos de controle social dos governantes. Destaca-se que as finanças públicas são instrumentos indispensáveis para o funcionamento do país, pois corrige desequilíbrios, promove a distribuição de renda, mantém a economia sob controle, realiza a captação de recursos, principalmente por meio da tributação e, ainda, realiza a manutenção dos serviços públicos (Rezende, 2012).

Dalton (1960) afirma que as finanças públicas constituem um desses assuntos que se situam na linha divisória entre a Economia e a Política. Trata da despesa e da renda dos poderes públicos, bem como da coordenação entre ambos. Para Pigou (1929), as finanças públicas são como o processamento de receitas e despesas determinadas pela organização do governo.

Vale ressaltar que o debate econômico sobre a política fiscal tem sido objeto de estudos e controvérsias desde da década de 1930, tempo em que Keynes (1936) recomendou o aumento dos gastos do governo como forma de impulsionar produção e emprego. A teoria Keynesiana teve grande repercussão, sendo que pouco depois tornou-se hegemônica no meio acadêmico e na condução da política. Em um cenário de crise econômica como o que enfrentou o Brasil, que tem como consequência a inflação e o desemprego em alta, vale o debate sobre as especificidades das finanças públicas. Em particular, questiona-se: como se comportou as finanças públicas brasileiras após o período da estabilidade da moeda em meados de 1990.

Nesse sentido, o presente trabalho propõe-se a analisar a dinâmica da política fiscal brasileira e o desempenho das finanças públicas pós implementação do Plano Real. Deve-se ressaltar que a política fiscal é um importante e potente instrumento para o crescimento econômico saudável. A política fiscal é entendida como um conjunto de medidas pelas quais o governo extrai renda do setor produtivo e realiza despesas, visa alcançar três objetivos: estabilização macroeconômica, alocação de recursos e redistribuição de renda (Rezende, 2012).

Assim, ademais desta introdução, a monografia é composta por cinco capítulos. O segundo, é o referencial teórico; no terceiro capítulo são descritos os conceitos que tem suma importância para este trabalho, a importância da política fiscal e as visões de economista em relação a política fiscal. O terceiro capítulo trata dos procedimentos

metodológicos aplicados ao estudo. O quarto capítulo apresenta os principais resultados. Por fim, apresentam-se as algumas considerações finais e as referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL E O DEBATE NAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A divisão acerca das visões dos economistas, segundo Amadeo (2003), reside no papel do mercado como coordenador de decisões econômicas e seus efeitos sobre a eficiência e bem-estar social. Desse modo, o autor divide as visões dos economistas brasileiros em dois grupos: liberal-social e o outro grupo, cujas influências advêm de Schumpeter, Keynes e das ideias cepalinas. Esse último grupo, portanto, tem no Estado um importante ator, seja na política de geração de demanda, através do aumento do gasto público, ou na intervenção estratégica do Estado para promover a competitividade das empresas.

Acerca da política fiscal, o primeiro grupo defende a ideia de que a política fiscal deve apoiar o esforço de acumulação de capital. Ou seja, o superávit com proporção do PIB deve crescer em períodos em que a economia registra bom desempenho, aumentando a poupança de setor público. O Superávit primário é o resultado positivo de todas as receitas e despesas do governo, excluindo os gastos com pagamento de juros. Significa que os gastos foram menores do que a receita em outras palavras, a arrecadação do governo é superior aos seus gastos. O resultado primário, seja ele superávit ou déficit, é um indicador de como o governo está administrando suas contas (Rezende, 2012).

Já o segundo grupo, defende que, em períodos de baixo crescimento, o superávit em termos do PIB deve ser reduzido. Enquanto o grupo SKC (Schumpeter, Keynes e das ideias cepalinas) sugere um teto para o superávit, os liberais-sociais estipulam um piso para o mesmo (AMADEO, 2003).

Adicionalmente, Lopes e Mollo (2009) classificam o debate acerca da política fiscal no Brasil entre ortodoxos e heterodoxos. No primeiro grupo, cujos economistas defendem que a redução do déficit nominal deve ser feita através do aumento do superávit primário, estão os trabalhos de Giambiagi (2000), Fávero e Giavazzi (2002) e Delfim Netto e Giambiagi (2005). O déficit nominal ocorre quando o valor das despesas de um governo é maior que as suas receitas incluindo o gasto com juros (Rezende, 2012).

Já do lado dos heterodoxos, que acreditam que a redução do déficit nominal deve ocorrer via redução dos juros, há os trabalhos de Bresser Pereira e Nakano (2002), Gobetti e Amado (2008) e Hermann (2006). Para o primeiro grupo, dos ortodoxos, a redução do déficit nominal via aumento do superávit primário justifica-se pelo ganho de credibilidade do governo que, por consequência, permite redução nos juros, reduzindo déficit nominal. Já para os heterodoxos, a redução do déficit nominal via redução nos juros amplia o investimento privado e público e, desse modo, aumenta o produto e o emprego que, por sua vez, eleva arrecadação, tornando este um processo sustentável ao longo do tempo (LOPES; MOLLO, 2009).

2.2 DEFINIÇÕES ACERCA DA POLÍTICA FISCAL E FINANÇAS PÚBLICAS

Em todo o mercado existe falhas e é na tentativa de diminuir os impactos destas falhas que o Estado intervém na economia desempenhando três funções: alocativa, distributiva e estabilizadora. A função alocativa está associada ao fornecimento ou a regulação de bens e serviços que não são ofertados adequadamente pelo mercado. O objetivo desta função é corrigir as falhas do mercado por meio do fornecimento de bens públicos, de forma a garantir uma maior eficiência na utilização dos recursos na economia, alocando-os de forma eficiente e satisfatória. Pela função alocativa, o Estado tem a oportunidade de gerar externalidades positivas para a sociedade (GAMEIRO et al., 2018).

A função distributiva é voltada para distribuir a renda de forma mais justa e igualitária, tendo em vista das grandes desigualdades existentes na distribuição nacional de renda. A divisão de renda pode ser realizada mediante a intervenção do governo, através de políticas fiscais: de transferência, impostos e subsídios, buscando deste modo reduzir as diferenças econômicas e sociais. Assim, para contribuir com o combate às desigualdades sociais, a transferência de renda deve ocorrer a favor das populações mais carentes (GAMEIRO et al., 2018).

Por sua vez, a função estabilizadora é a aplicação de variadas políticas econômicas, com o objetivo de promover o desenvolvimento e o emprego, obtendo o controle da inflação é possível proporcionar o crescimento constante e saudável da economia e atenuado as oscilações dos ciclos econômicos. Nesse sentido o governo pode utilizar medidas expansionistas ou contracionistas como instrumento para um

bom funcionamento do Estado (PEREIRA, 2017). Em exemplo, em momentos de crise - para tentar incentivar a atividade econômica, pode-se adotar medidas expansionistas, como a redução de impostos, a redução das taxas de juros ou a redução dos depósitos compulsórios. Em contrapartida, diante de uma economia com elevada inflação, o governo pode utilizar medidas contracionistas, como o aumento de impostos, elevação da taxa de juros ou aumento dos depósitos compulsórios. Assim, no que tange a macroeconomia, a função estabilizadora é importante para o Estado promover um elevado nível de emprego, uma estabilidade razoável nos preços e uma taxa de crescimento econômico favorável (DORNBUSCH et al., 2013).

Face ao exposto, destaca-se que a política econômica compreende basicamente ações ajustadas para atingir uma situação econômica positiva de cada país. Em exemplo, o Brasil utiliza a política cambial, política monetária e fiscal para auxiliar no bem-estar dos brasileiros.

Por política fiscal entende-se a atuação do governo no que diz respeito à arrecadação de impostos e aos gastos públicos. Estes afetam o nível de demanda agregada da economia. A arrecadação afeta o nível de demanda ao influir na renda disponível que os indivíduos poderão destinar para consumo e poupança. Dado um nível de renda, quanto maiores os impostos, menor será a renda disponível e, portanto, o consumo. Os gastos são diretamente um elemento de demanda; quanto maior o gasto público, maior a demanda agregada, estimulando o aumento do produto (GREMAUD, 2002).

2.3 FINANÇAS PÚBLICAS: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

As finanças públicas são compreendidas como a captação, gestão e a execução de recursos por parte do Estado para financiar suas atividades, a captação de recursos principalmente é por meio da tributação (SOUSA FRANCO, 1997).

Quando se fala em finanças públicas, numa economia aponta-se, por norma, para a “atividade econômica de um ente público visando a afetação de bens/serviços à satisfação de necessidades que lhe estão confiadas”. Sousa Franco (1997) explica que a expressão finança pública pode utilizar-se em mais do que um sentido, a saber:

- a) Sentido orgânico, designando o conjunto dos órgãos do Estado ou de outro ente

público a quem compete gerir recursos económicos para satisfação de certas necessidades sociais; b) Sentido objetivo, designando a atividade através da qual o Estado ou outro ente público afeta bens económicos à satisfação de certas necessidades sociais; e c) Sentido subjetivo, referindo-se a disciplina científica que estuda os princípios e regras que regem a atividade do Estado com o fim de satisfazer as necessidades que lhe estão confiadas.

Assim, define-se a política tributária como as diretrizes e gerenciamento da tributação. Dentre as formas de captação de recursos está nas transferências de recursos entre os entes. O nível de renda e o produto da economia são as principais variáveis para determinar o volume de arrecadação, no Brasil, conforme aumenta a renda dos brasileiros, aumenta a arrecadação de impostos diretos. Os impostos indiretos aumentam devido ao aumento da circulação de mercadorias, o produto da economia. Gremaud (2017, p.185) explica que:

Os impostos podem ser classificados de diferentes formas. Pode-se distinguir entre os impostos diretos e indiretos. Impostos diretos são aqueles que incidem diretamente sobre o agente pagador (recolhedor) do imposto. Os principais impostos desse tipo são os impostos sobre a renda e os impostos sobre a riqueza (propriedade). Impostos indiretos são aqueles que incidem sobre o preço dos bens e serviços. O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto de Produtos Industrializados (IPI) são os principais exemplos de impostos indiretos. Estes são embutidos no preço da mercadoria, onerando o consumidor, com o que diminui sua renda disponível. Vale destacar que não é pelo fato de o imposto estar no preço que a sua incidência se dá apenas sobre o consumidor. O produtor (empresário) também é penalizado, uma vez que as suas vendas diminuem em função do preço mais elevado.

Existem dois objetivos principais do sistema tributário. O primeiro é obter os recursos necessários para financiar os gastos públicos. O segundo é afetar a distribuição de renda e determinar quem deve pagar os impostos na sociedade. Nesse aspecto, os sistemas tributários podem ser classificados como progressivos, regressivos ou neutros. Um sistema tributário é classificado como progressivo quando conforme a renda dos indivíduos aumenta, aumenta também a alíquota de participação dos impostos, isso quer dizer que, quem mais ganha mais paga (em termos relativos). Um sistema é regressivo quando a alíquota de participação dos impostos diminui conforme a renda do indivíduo aumenta, paga mais quem ganha menos. E o sistema tributário é neutro quando a participação dos impostos é a mesma independentemente do nível de renda (GREMAUD, 2017).

Tendo em vista o exposto, o descontrole da política fiscal pode comprometer o desempenho da política monetária e, por conseguinte, comprometer o alcance da meta desejada de inflação. A política fiscal tem um papel importante no Brasil, pois ela serve como mecanismo para a coordenação das demais políticas e das demais variáveis da política econômica. Assim, a taxa de juros e a inflação sofrem reflexos das decisões dos agentes econômicos quanto ao nível e ao financiamento do déficit público (GERARDO, 2010).

O déficit fiscal é a diferença negativa entre as receitas e as despesas públicas num determinado prazo determinado. Quando ocorre déficit fiscal em um país, há o resultado negativo das contas do Estado, em que o montante de rendimentos auferidos não é suficiente para quitar o valor dos compromissos adquiridos pelo mesmo orçamento (REZENDE, 2009).

Em situação de déficit fiscal, o Estado tem menos condições de atuar na economia. Com a queda dos investimentos públicos, reduz-se o potencial de crescimento da economia. Favero (2004) e Sims (2003) para os autores, a política fiscal deve ser aplicada de modo a garantir um superávit primário que mantenha a proporção dívida/PIB constante.

3 METODOLOGIA

Uma pesquisa é um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. (GIL, 2009). A pesquisa é considerada como uma atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo de intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca esgota fazendo uma combinação particular entre a teoria e os dados (MIYAGO, 1993).

Assim sendo, este capítulo apresenta a metodologia utilizada na construção deste estudo. Em suma, desenvolveu-se pesquisa descritiva, que visou analisar os dados das finanças públicas após a implementação do Plano Real. Gil (2009), lembra que:

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (GIL, 2009, p. 42).

A abordagem descritiva do trabalho possui perfil quali-quantitativo, fundamentada justamente na pesquisa bibliográfica e documental. A base utilizada para a revisão bibliográfica está pautada basicamente em livros, artigos científicos e publicações correlatas. A amplitude da pesquisa bibliográfica permitiu abranger as várias causas e efeitos relacionados ao fenômeno estudado, permitindo uma visão geral e ampla do objeto de estudo.

Gil (2009) explica a pesquisa bibliográfica e a documental como sendo:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas". Ainda segundo o autor, "A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes/Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2009, p.44).

Além disso, esse trabalho manipulou uma série de dados estatísticos, referentes às seguintes variáveis: Produto Interno Bruto, Dívida Interna e Externa do Brasil, Resultado Nominal e Resultados Primário do PIB, Receita do PIB e Despesas do Brasil, a Variação do PIB e do Consumo do Governo do Brasil. O resultado nominal representa a diferença entre receitas e despesas totais no exercício incluído os juros nominais. O resultado primário indica se os níveis de gastos são compatíveis com a arrecadação, é a subtração de receitas e despesas primárias no exercício, excluída a parcela referente aos juros nominais incidentes sobre a dívida líquida (Albuquerque, Medeiros, Feijó, 2008). Os dados trabalhados são do IBGE, IPEADATA e Tesouro Nacional.

Para fins de caracterização, esclarece-se que: o Produto Interno Bruto (PIB) que é um dos principais indicadores econômicos, representando a soma dos bens e serviços finais produzidos por um país em um determinado período (PORSSE et al., 2020). A dívida externa é contraída com entidades internacionais, sendo objeto de transação nos mercados primário e secundário e a dívida interna é a somas de todos os débitos assumidos pelo governo, juntos as pessoas jurídicas e físicas dentro do país (GAMEIRO et al.,2018). E por fim, os resultados primários surgem da comparação das receitas e despesas primeiras, sem levar em consideração a parcela referente aos juros nominais que incide sobre a dívida líquida. Já os resultados nominais representam a diferença entre as receitas e despesas totais no exercício (LIMA, 2015).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 NOTAS SOBRE O PLANO REAL

A ponto de completar 30 anos, o Plano Real segue sendo um marco histórico quando o assunto é estabilidade macroeconômica. A estabilidade da moeda é uma conquista muito valorizada por todos a população brasileira pois custou muito caro para gerações de brasileiros. Com a implementação deste plano a economia brasileira ganhou uma solidez após cinco tentativas de planos fracassados ao combate da inflação, foram eles os planos Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II (GIAMBIAGI et al., 2016).

O Plano Real, implementado em 1994, representou um marco na trajetória econômica brasileira. Antes de sua execução, o Brasil experimentava décadas de instabilidade econômica, caracterizadas por taxas de inflação exorbitantes, que corroíam o poder de compra da população e prejudicavam a confiança de investidores. Tal cenário, além de comprometer a vida econômica cotidiana da população, também colocava em xeque a credibilidade do país no cenário econômico internacional (BARBOSA, 2023).

Com a introdução do Plano Real, o governo brasileiro buscou uma solução abrangente para o problema da hiperinflação. O plano combinou políticas de ajuste fiscal, âncoras cambiais e uma série de reformas estruturais, visando criar um ambiente econômico mais estável e previsível. A adoção do Real como a nova moeda nacional simbolizou não apenas uma mudança monetária, mas também um compromisso do Estado brasileiro em adotar práticas econômicas mais ortodoxas e responsáveis (BATISTA, 1996).

Para Da Silva Neto (2002), nos anos subsequentes à sua implementação, observou-se uma queda drástica nas taxas de inflação, demonstrando, inicialmente, o sucesso das medidas propostas. A estabilidade dos preços trouxe um alívio tangível à população, que pôde começar a planejar suas finanças pessoais a médio e longo prazo, algo antes inviável devido à incerteza inflacionária. Adicionalmente, a nova política econômica fortaleceu a posição do Brasil no cenário internacional, atraindo investimentos e estimulando o crescimento.

No entanto, a análise do período pós-implementação do Plano Real exige um olhar crítico e abrangente. Embora tenha alcançado sucesso no combate à hiperinflação, o plano também trouxe consigo desafios. A política de câmbio, por exemplo, gerou debates intensos entre economistas e formuladores de políticas públicas, particularmente em relação ao seu impacto nas exportações e na competitividade da indústria nacional. A eficácia das reformas estruturais propostas, como as reformas previdenciária, tributária e administrativa, também foi alvo de escrutínio. Muitos argumentaram que, apesar da necessidade dessas reformas, sua implementação foi parcial e não abordou completamente as ineficiências e desigualdades do sistema econômico brasileiro (MENDES; VENTURI, 1994).

O Plano Real foi criado com o propósito inicial para conter a inflação que aumentava estrondosamente a cada dia. Seu lançamento ocorreu no governo de Itamar Franco, tendo como Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso. Este plano foi dividido em três fases: a primeira fase era direcionada para atingir o equilíbrio orçamentário: o ajuste fiscal. A segunda fase foi a introdução de uma unidade de conta estável para alinhar os preços da economia, onde foi criada a unidade de referência de valor (URV). E a terceira e última fase estabelecia a conversão da URV na nova moeda do país, onde se troca a URV pelo Real (GIAMBIAGI et al. 2016).

A primeira fase constitui em equilibrar o orçamento fiscal onde foi criado o Programa de Ação Imediata (PAI), em meados de 1993, que determinava um corte de gastos da ordem de US\$ 7 bilhões concentrado nas despesas de investimento e pessoal (GREMAUD, 2017). Além do corte emergencial de gastos o PAI realizou o equacionamento da inadimplência dos estados e municípios, a reorganização do setor público, o maior controle sobre os bancos estatais, início do saneamento dos bancos federais e reorientação do programa de privatização (OLIVEIRA, 1996).

Mesmo sendo de forma emergencial algumas medidas melhoram a situação das contas públicas, como: redução nas despesas em volume superior a US\$3 bilhões, ocorreu o alongamento da dívida daquelas unidades pelo prazo de 240 meses e do estabelecimento de critérios para o serviço da dívida refinanciada e o descolamento das dívidas de estados e municípios para com o intermediário financeiros controlados pela União por meio da Lei 8 27/97 (OLIVEIRA, 1996).

Sem dúvidas o PAI foi a fase mais importante do Programa de Estabilização Econômica, pois o lançamento de mais uma nova moeda não teria grandes

mudanças, tendo como exemplo as moedas antecessoras, se não fosse alterado a conjuntura econômica brasileira. Por isso, era primordial equilibrar as contas públicas através de um arrocho orçamentário. Além do PAI, foi criado o Fundo Social de Emergência (FSE) que tinha como principal objetivo o aumento do volume de arrecadação e ter flexibilidade na gestão orçamentária de 1994 e 1995 mediante a desvinculação de algumas receitas da União, que seriam destinadas segundo o discurso oficial do governo, a programas sociais. O FSE foi criado como um instrumento temporário para equilibrar o orçamento enquanto as medidas permanentes não entrassem em vigor (MERCADANTE, 1998).

Nesta fase também foi aprovado o Imposto sobre Movimentação Financeira (IPMF) foi um imposto de caráter temporário, sobre as movimentações financeiras, ficou conhecido como o “imposto do cheque”, com uma alíquota de 0,25% sobre o valor de toda operação. Esse tipo de imposto é muito vantajoso para a União: a facilidade de recolhimento, a ampla base tributária e não era compartilhado com as demais esferas do governo. Porém o principal problema é que desestimula a intermediação financeira e amplia as taxas de juros (GREMAUD, 2017).

A finalidade desta fase era demonstrar a capacidade de o governo federal executar as despesas orçadas sem precisar das receitas geradas pela inflação. Pois tradicionalmente, o orçamento federal, era aprovado com grande déficit, mas como as despesas eram fixadas em termos nominais enquanto os impostos eram indexados ao nível de preço, a inflação contribuía para fechar o hiato entre a receita e a despesa (OLIVEIRA, 1996).

Na questão monetária nesta primeira fase teve a substituição do Cruzeiro Novo para o Cruzeiro Real com o corte dois três zeros, buscando a redução da inflação. Resumidamente, esta primeira fase do plano serviu como uma ancora fiscal, onde garantia que não fossem emitidos títulos e moeda com a intenção de cobrir eventuais gastos que ultrapassasse o valor arrecadado pelo governo (MERCADANTE, 1997).

A segunda fase, iniciada em março de 1994, foi denominada de Unidade Real de Valor (URV) onde foi implementado uma unidade monetária que pudesse desindexar a economia. A moeda da época, o Cruzeiro Real foi vinculado a URV, a URV era uma moeda escritural que estava atrelada à cotação do dólar comercial no dia anterior, onde era responsável de converter os salários e benefícios previdenciários na tentativa de promover a neutralidade distributiva e manter uma referência dos preços da economia (GREMAUD, 2017).

Lacerda (2001) explica que a URV serviu como um mecanismo para realizar a uniformização de preços e contratos, não foi um programa de estabilização. O autor descreve que o máximo que URV poderia fazer naquele momento era harmonizar os níveis de preços relativos e a amenizar a expectativa da inflação futura.

Sendo assim, após a implementação da URV e ocorrer essa harmonização citada pelo autor, todos os preços cobrados na economia seriam marcados com o valor de URV, porém no momento de realizar o pagamento de fato seriam convertidos em moeda atual circulante, no caso o Cruzeiro Real. Seguindo essa linha de explicação, Mercadante afirma que:

A conversão de todos os contratos numa unidade de conta estável, vista como um primeiro passo em direção a uma moeda estável, significava, essencialmente, que todos os contratos vigentes na economia poderiam se beneficiar, dali em diante, da indexação diária, tendo sido também anunciado que o valor da nova unidade de conta seria reajustado diariamente, mantendo a paridade com o dólar. (MERCADANTE, 1997, p. 20).

Como nesta fase todos os contratos passariam a ter a URV como indexador, eles seriam reajustados simultaneamente, gerando uma sincronia entre eles. A indexação deixaria a ser pela inflação e passaria a ser pelo dólar, era uma resposta criativa para o problema da alta indexação da economia.

A indexação em base diária da grande maioria dos contratos tornou mais fácil, por sua vez, a desindexação. Daí ser possível entender a URV como antídoto produzido a partir do próprio veneno, isto é, para ser livre da indexação tornou-se funcional superindexar temporariamente a economia (OLIVEIRA, 1996, p. 45).

Essa etapa foi de extrema importância, pois foi através desta estratégia que o Cruzeiro Real passou a sofrer uma desvalorização diária que igualava a taxa da inflação diária, assim fez com que zerasse o índice inflacionário que conseqüentemente mante o poder de compra da população. Um dos objetivos era eliminar o componente inercial da inflação fazendo a URV acompanhar o Dólar, quando houvesse reajustes nos preços e salários eram induzidos pela fixação imediata em URV, assim na economia iria operar na baseada na Unidade Real do Valor os preços se ajustaram não ocorrendo pressão inflacionária e assim trilhando para um regime estável. No fim desta fase pode ser entendido como a reconstrução da moeda, que recuperou a sua função de unidade de valor (OLIVEIRA, 1996).

A terceira e última fase foi a implementação do Real, que ocorreu em 1 de julho de 1994, além das funções de unidade de valor e função de reserva de valor que a URV já possuía, nesta fase o Real se completava com a função de meio de pagamento (OLIVEIRA,1996).

No Brasil foi utilizado a âncora cambial, Carvalho (1995) explica que:

Na prática, o câmbio nominal estável ou prefixado, combinado com a abertura do mercado interno às importações, funcionou como fator de repressão à alta dos preços internos, ao disciplinar os reajustes dos bens comerciáveis internacionalmente, isto é, os importados, os exportáveis e aqueles produzidos com insumos importados ou exportáveis (CARVALHO,1995, p.147).

Com a valorização cambial o país teve uma abertura da econômica para o exterior, com a possibilidade de importações, assim fazia que os preços internos fossem mantidos tornando baixo a probabilidade de aumentos nos preços. Essa medida ficou conhecida como âncora cambial do plano. O país possuía um grande volume de reservas, com a manutenção da taxa de juros elevada e como permanecia o excesso de liquidez internacional fez com o que o fluxo de capitais externos se manteve. Então invés de continuar acumulando reservas o Banco Central deixou o câmbio flutuar, o que provocou uma densa valorização do câmbio (GREMAUD, 2017).

Partindo do diagnóstico que a inflação brasileira possuía um caráter inercial muito forte, o Plano Real foi um dos planos mais engenhosos de combate à inflação do Brasil, conseguindo reduzir a inflação de forma duradoura no país (GREMAUD, 2017).

O sucesso do Plano Real foi o conjunto de três fatores avanço na tecnologia de estabilização, mudanças nas circunstâncias internas e externas e a estabilização a popularidade. O primeiro fator demonstra que, algumas medidas como o avanço das reformas estruturais e a diminuição da dívida interna, no governo Collor e a noção de inflação inercial do Plano Cruzado contribuíram significativamente para o sucesso do Plano Real, pois desenvolveu com os erros um conceito mais amplo de estabilização em economias que continha altas inflação. Com tantas frustrações que ocorrem as circunstâncias internas e externas obteve uma melhora, foi um elemento importante neste fator. E por último, a demanda política por estabilidade teve um aumento onde o populismo econômico perdeu forças porque os benefícios da estabilização

passaram a ser vantajosos em comparação com os sacrifícios de qualquer programa anti-inflacionário (OLIVEIRA,1996).

O Plano Real contribuiu para o aumento de renda da população decorrente de uma eliminação significativa do imposto inflacionário, ocorrendo um aumento no nível de emprego que por subsequente ocorreu um rápido crescimento e estabilidade monetária o que fazia tempo que não era registrado no Brasil (GREMAUD, 2017).

4.2 COMPORTAMENTOS DO PIB E DAS FINANÇAS PÚBLICAS

A economia brasileira mostrou-se relativamente resiliente no período posterior à década perdida, adaptando-se aos desafios internos e externos. A trajetória do PIB é uma representação clara das oscilações econômicas e das capacidades adaptativas do Brasil em meio a circunstâncias adversas. A análise do PIB brasileiro entre 1996 e 2022 conta a história de uma nação em evolução, enfrentando desafios e buscando oportunidades. Ao mesmo tempo, destaca a importância de políticas econômicas sólidas e adaptativas para garantir a estabilidade e o crescimento sustentado em um ambiente global em constante mudança.

Vale destacar que o Produto Interno Bruto (PIB) é uma métrica fundamental para avaliar a saúde econômica de uma nação, pois quantifica a totalidade dos bens e serviços produzidos em determinado período. Ao analisar o PIB brasileiro entre 1996 e 2012, observa-se uma trajetória de crescimento com momentos de aceleração e desaceleração, influenciados tanto por fatores internos quanto externos (vide Figura 1). Esse período oferece insights valiosos sobre a dinâmica econômica do Brasil e sua interação com o cenário global.

Ao analisar o PIB do Brasil entre 1996 e 2012, é possível traçar uma narrativa econômica que reflete tanto os desafios quanto as oportunidades enfrentadas pelo país durante esse período. A figura 1 apresenta os valores encadeados a preços de 1995 com ajuste (1.000.000 R\$) do PIB anual. No final da década de 1990, observa-se um crescimento modesto do PIB brasileiro. Entre 1996 e 1999, o PIB cresceu de R\$ 719.394 para R\$ 752.362 milhões, um aumento de cerca de 4,6%. Este período foi marcado por desafios econômicos, incluindo a crise cambial de 1999, e uma transição de estabilização após o Plano Real. Ainda assim, o crescimento positivo sugere que a economia estava em uma fase de recuperação e adaptação.

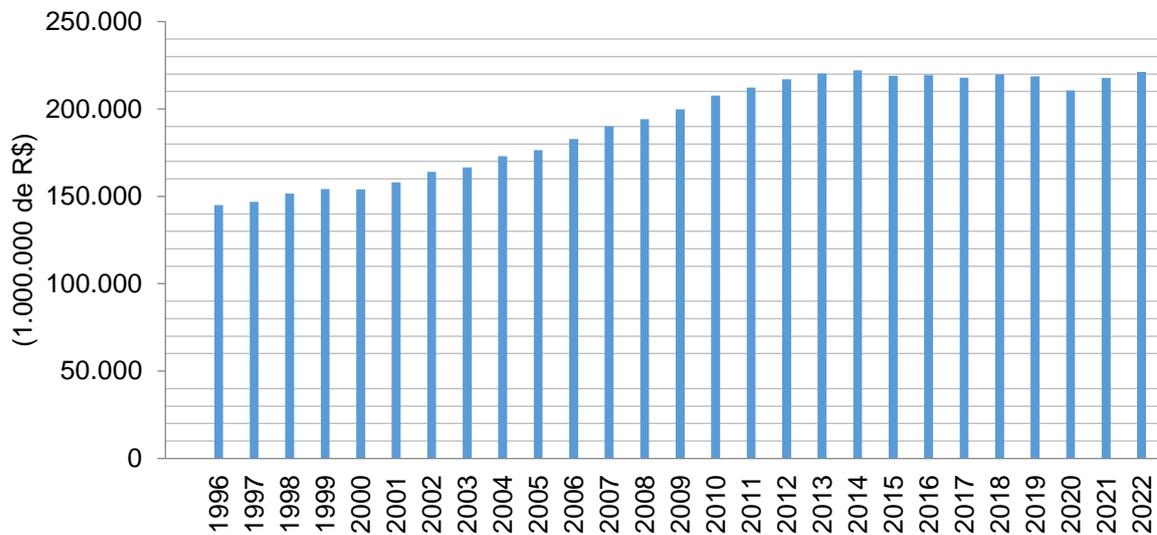
Conforme figura 1, entre 2000 e 2004, o Brasil vivenciou um cenário econômico mais favorável. O PIB cresceu de R\$ 784.803 milhões em 2000 para R\$ 875.159 milhões em 2004, uma expansão de aproximadamente 11,5%. Os valores encadeados a preços de 1995 com ajuste -1.000.000 R\$).

Durante esses anos, o Brasil se beneficiou de um ambiente global mais estável e de reformas internas que buscaram aprimorar a infraestrutura e o ambiente de negócios. O período de 2005 a 2008 foi particularmente notável em termos de crescimento econômico. O PIB aumentou de 907.044 em 2005 para 1.046.549 em 2008. Esse crescimento robusto, de quase 15,4%, reflete uma economia em aceleração, impulsionada pelo aumento dos preços das commodities, investimentos em infraestrutura e expansão do consumo interno.

No entanto, em 2009, houve uma desaceleração significativa, com o PIB quase estagnado em 1.048.323. Esse ano foi marcado pela crise financeira global, que teve impactos profundos em muitas economias ao redor do mundo. O Brasil, apesar de ter sido afetado, mostrou resiliência, graças, em parte, à sua diversificada base econômica e medidas de estímulo adotadas pelo governo. A recuperação foi evidente em 2010, quando o PIB alcançou 1.127.481, evidenciando um crescimento vigoroso em relação ao ano anterior. Este ano foi marcado por uma recuperação rápida e um ambiente econômico favorável, com alta demanda global por commodities e fortalecimento do mercado interno.

Os anos subsequentes, 2011 e 2012, mostraram sinais de desaceleração. Enquanto o PIB ainda cresceu, alcançando R\$ 1.173.845 milhões em 2011 e R\$ 1.192.787 milhões em 2012, o ritmo de crescimento foi mais moderado. Esse fenômeno pode ser atribuído a vários fatores, incluindo a desaceleração de parceiros comerciais chave, como a China, e desafios internos relacionados à produtividade e infraestrutura.

Figura 1 - PIB do Brasil entre 1996 e 2022



Fonte: IBGE (2023).

De 2012 a 2014 houve crescimento contínuo do PIB, quando atingiu R\$ 1.237.224 milhões. Contudo, este aumento foi menos intenso do que em anos anteriores, sugerindo uma desaceleração econômica. Esse período foi marcado por desafios estruturais internos e uma desaceleração global, impactando o crescimento brasileiro.

Surpreendentemente, a economia brasileira começou a mostrar sinais de retração em 2015, com o PIB caindo para R\$ 1.193.399 milhões e continuando sua trajetória descendente até 2016, atingindo R\$ 1.151.929 milhões. Estes anos foram marcados por uma recessão econômica, com o país enfrentando desafios políticos, queda nos preços das commodities e diminuição da demanda global. No entanto, a partir de 2017, o Brasil começou a mostrar sinais de recuperação. O PIB de 2017 registrou uma leve elevação, alcançando R\$ 1.170.672 milhões. Esse crescimento, embora modesto, sinalizou uma saída da recessão, refletindo as medidas de estabilização e incentivo adotadas. 2018 e 2019 foram anos de recuperação contínua, com o PIB alcançando R\$ 1.190.109 milhões e R\$ 1.204.603 milhões, respectivamente.

A economia brasileira se beneficiou de um ambiente global mais estável, com a retomada dos preços das commodities e um leve aumento no consumo e investimento interno. No entanto, 2020 apresentou um revés significativo, com o PIB

decrecendo para R\$ 1.161.621 milhões. Este ano foi singularmente desafiador devido à pandemia da COVID-19, que impactou economias globalmente. As medidas de isolamento e as interrupções nas cadeias de suprimento levaram a uma desaceleração econômica sem precedentes.

A resposta à crise em 2020 foi seguida por uma recuperação em 2021, quando o PIB cresceu para R\$ 1.223.545 milhões. Esse aumento pode ser atribuído a uma combinação de políticas fiscais e monetárias expansionistas, retomada das atividades econômicas e adaptabilidade do setor empresarial brasileiro ao novo normal. Em 2022, a economia brasileira continuou sua trajetória ascendente, alcançando um PIB de R\$ 1.260.470 milhões. Este crescimento consolida a recuperação econômica do Brasil após os desafios enfrentados nos anos anteriores, refletindo uma resiliência notável da economia.

De acordo com Ribeiro et al. (2010), vale avaliar a relação entre a variação do Produto Interno Bruto (PIB) e a variação do consumo do governo, que é um tema de central relevância no campo da economia, particularmente em nações em desenvolvimento como o Brasil. O PIB, definido como a soma dos bens e serviços finais produzidos em um país durante um período específico, é um indicador-chave da saúde econômica de uma nação. Sua variação, seja positiva ou negativa, oferece insights sobre o crescimento ou retração da economia, respectivamente. Por outro lado, o consumo do governo, que compreende os gastos públicos em bens e serviços, desempenha um papel crucial na modulação da atividade econômica. Um aumento no consumo governamental pode impulsionar a demanda agregada, gerando, conseqüentemente, crescimento econômico. Contrariamente, a redução desses gastos pode ter o efeito inverso, contribuindo para a desaceleração da economia (SOUSA et al., 2015).

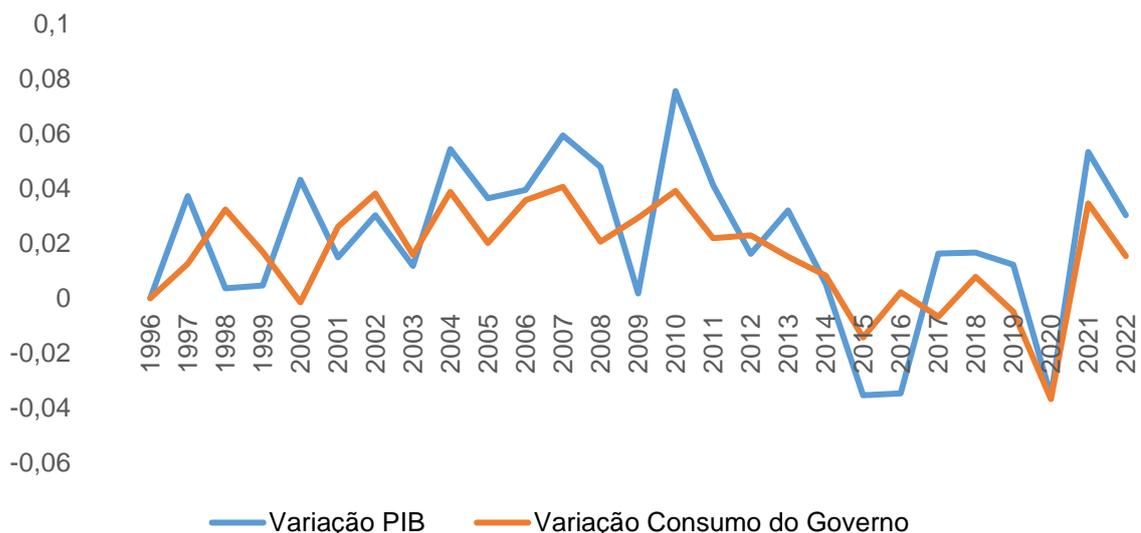
Em um país com a complexidade e diversidade do Brasil, a interação entre esses dois indicadores pode ter implicações profundas. Durante períodos de retração econômica, um incremento nos gastos governamentais, por exemplo, pode funcionar como uma política contracíclica, ajudando a alavancar a economia e compensar a queda na demanda privada. Tal estratégia foi empregada em diversas ocasiões, buscando mitigar efeitos de crises econômicas globais ou domésticas. Entretanto, o consumo governamental não deve ser analisado isoladamente, uma vez que seu financiamento, frequentemente através do endividamento público, pode levar a conseqüências macroeconômicas adversas no longo prazo. Um endividamento

excessivo pode resultar em desconfiança por parte dos investidores, elevação das taxas de juros e até mesmo crises de solvência (MOREIRA et al., 2016).

Para Tremea (2011), além disso, o tipo e a eficiência dos gastos governamentais são fatores determinantes para a eficácia dessa ferramenta. Investimentos em infraestrutura, educação e saúde tendem a produzir retornos multiplicadores mais elevados para a economia em comparação com gastos correntes ou programas mal concebidos. No contexto brasileiro, a gestão equilibrada entre a variação do PIB e o consumo do governo é ainda mais crucial devido à sua histórica vulnerabilidade a choques externos e internos. A dependência de commodities, por exemplo, torna a economia brasileira sensível às flutuações nos preços internacionais, requerendo uma gestão fiscal atenta para manter a estabilidade.

Conforme figura 2, o período compreendido entre 1996 e 2022 foi marcado por oscilações na economia brasileira, refletindo em variações tanto no Produto Interno Bruto (PIB) quanto no consumo do governo. O início desse intervalo, 1996, demonstrou estabilidade, com ambas as variáveis registrando nenhuma variação. Contudo, já em 1997, observa-se um aumento de 0,04 na variação do PIB, enquanto o consumo governamental subiu em 0,01.

Figura 2 - Variação do PIB e do Consumo do Governo do Brasil – 1996 a 2022



Fonte: IBGE (2023).

Nos anos subsequentes, principalmente entre 1998 e 1999, a variação do PIB permaneceu estática, mas o consumo do governo continuou a crescer, ainda que

modestamente. Em contraste, o ano 2000 presenciou um aumento de 0,04 no PIB, enquanto o consumo do governo manteve-se constante. Esta divergência de padrões revela que, em certos momentos, o crescimento econômico do país não foi acompanhado proporcionalmente por um aumento nos gastos governamentais. Adentrando a década de 2000, um padrão interessante emerge. O período de 2001 a 2003, por exemplo, exibe uma variação positiva tanto do PIB quanto do consumo do governo, porém em ritmos diferentes. Enquanto o PIB teve variações mais contidas, o consumo governamental oscilou com incrementos que chegaram a 0,04 em 2002.

Entre 2004 e 2007, a economia brasileira demonstrou sinais de robustez, com o PIB crescendo consistentemente e atingindo um pico de 0,06 em 2007. O consumo do governo, por sua vez, também cresceu, mas a uma taxa mais constante, culminando em 0,04 em 2007. Esse fenômeno indica que, mesmo em momentos de expansão econômica, o governo manteve uma postura mais conservadora em relação aos seus gastos. O ano de 2009 destaca-se por ter registrado estagnação no PIB, ao passo que o consumo governamental teve um incremento de 0,03. A resposta a essa dinâmica pode ser encontrada na crise financeira global de 2008, que impactou diversas economias ao redor do mundo. O governo brasileiro, em sua tentativa de amortecer os efeitos da crise, pode ter aumentado seus gastos, o que justificaria o aumento no consumo mesmo com um PIB estagnado.

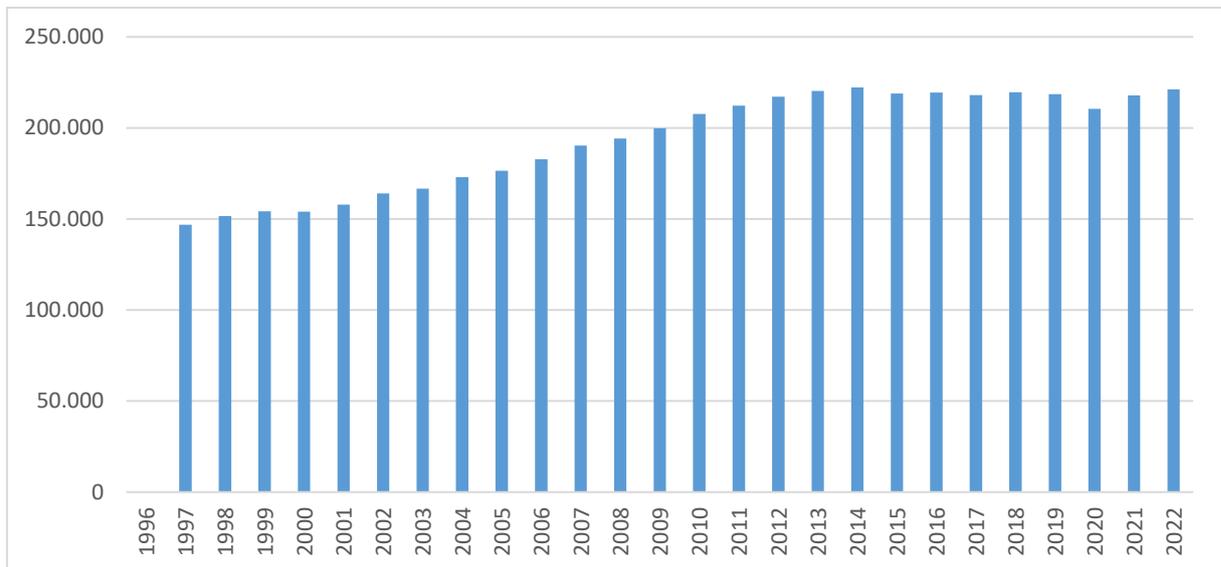
Em 2010, o país registrou um significativo crescimento do PIB, atingindo 0,08, enquanto o consumo do governo cresceu 0,04. Este pode ser interpretado como um ano de recuperação, seguindo o impacto da crise global. No entanto, a partir de 2015, uma tendência preocupante se manifestou. O PIB brasileiro retraiu em -0,04 e o consumo do governo em -0,01. Esse declínio reflete os desafios econômicos enfrentados pelo Brasil naquela época, que resultaram em recessão e consequentes cortes nos gastos públicos.

Os anos de 2016 e 2017 consolidaram essa fase recessiva, com o PIB registrando uma variação negativa de -0,03 no primeiro ano e um modesto aumento de 0,02 no ano subsequente. O consumo do governo, durante esse período, demonstrou mais estabilidade em 2016 e reduzindo ligeiramente em 2017. Os últimos anos da análise, 2020 a 2022, fornecem uma visão de recuperação econômica. Em 2020, tanto o PIB quanto o consumo do governo retraíram em -0,04, possivelmente como resultado dos impactos da pandemia da COVID-19. No entanto, 2021 viu um

ressurgimento, com o PIB crescendo 0,05 e o consumo governamental em 0,03. O ano de 2022 manteve essa trajetória positiva, ainda que com ritmo mais contido.

A análise do período de 1996 a 2022 revela a intrincada relação entre a variação do PIB e o consumo do governo no Brasil. Oscilações no cenário econômico global, crises internas e decisões políticas influenciaram estas duas variáveis, por vezes de forma convergente e em outros momentos de maneira divergente. A observação dessas tendências fornece insights valiosos sobre a gestão econômica e política do país durante essas décadas. Na figura 3 está representado os dados referente a variação do consumo.

Figura 3 - Variação do Consumo do Governo



Fonte: Tesouro Nacional (2023).

A dinâmica entre a variação do PIB e o consumo do governo no Brasil é uma dança delicada que necessita de constante monitoramento e ajuste. A compreensão dessa relação é fundamental não apenas para os formuladores de políticas, mas também para stakeholders, investidores e cidadãos que buscam entender as trajetórias possíveis da economia brasileira. A coordenação adequada entre esses dois indicadores é vital para garantir um crescimento sustentável, equitativo e resiliente. Sobretudo, considera-se que a análise da receita e da despesa em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB) é de fundamental importância para compreender o panorama econômico de um país, como é o caso do Brasil. Esses

indicadores refletem as dimensões das finanças públicas e exercem um impacto significativo no desempenho econômico, na estabilidade fiscal e na capacidade do governo em fornecer serviços públicos e infraestrutura adequada.

A receita em percentagem do PIB representa a proporção da renda nacional total que o governo arrecada em forma de impostos, taxas e outras fontes de financiamento. Esse indicador está intrinsecamente ligado à capacidade do governo em financiar suas atividades e programas, bem como em reduzir a necessidade de captação de recursos por meio de dívida. Uma elevada proporção de receita em relação ao PIB é indicativa de um sistema tributário robusto, capaz de sustentar as operações governamentais e investimentos em infraestrutura e serviços públicos. Contudo, o excesso de tributação pode inibir a atividade econômica e desestimular o investimento e o consumo (VIEIRA et al., 2016).

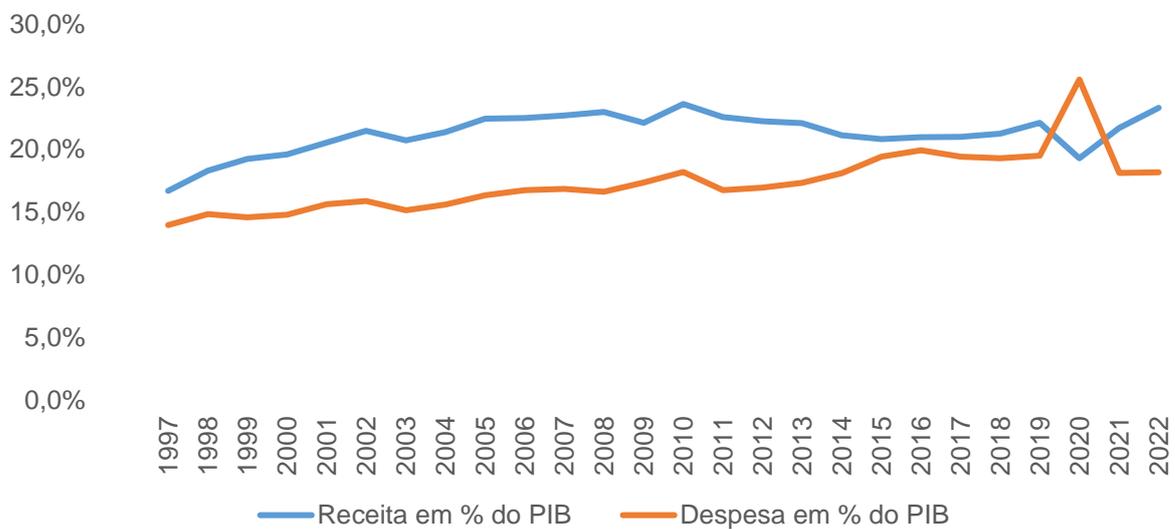
Segundo Dalmonch et al. (2011), por outro lado, a despesa em percentagem do PIB reflete a quantidade de recursos que o governo gasta em relação ao tamanho da economia. Ela abrange despesas com programas sociais, infraestrutura, serviços públicos, pagamento de juros da dívida e outros compromissos financeiros. Um elevado nível de despesa em relação ao PIB pode ser positivo se estiver associado a investimentos produtivos que impulsionam o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Entretanto, se a despesa for excessivamente alta e ineficiente, pode resultar em déficits orçamentários insustentáveis, aumento da dívida pública e inflação. No contexto do Brasil, esses indicadores têm sido objeto de debate constante. O país enfrenta desafios em equilibrar sua receita e despesa em relação ao PIB. A alta carga tributária pode afetar a competitividade das empresas e prejudicar o crescimento econômico. Além disso, a rigidez nas despesas governamentais, devido a obrigações de gastos com pessoal e previdência, limita a capacidade de investir em áreas estratégicas, como educação, saúde e infraestrutura. Isso pode impactar negativamente a produtividade e a qualidade de vida da população (CYSNE, 2018).

Além disso, a relação entre receita e despesa em percentagem do PIB influencia a sustentabilidade fiscal do país. Déficits persistentes e crescentes nessa relação podem levar a uma dívida pública insustentável, resultando em riscos para a estabilidade macroeconômica e para a capacidade do governo de honrar seus compromissos financeiros. Portanto, a gestão adequada da receita e despesa em percentagem do PIB é crucial para o Brasil e outros países. Ela requer um equilíbrio delicado entre a necessidade de financiar serviços públicos essenciais e promover o

crescimento econômico, evitando ao mesmo tempo déficits fiscais insustentáveis e altos níveis de endividamento. Políticas fiscais responsáveis e estratégias de gestão eficazes são essenciais para alcançar esse equilíbrio e promover o desenvolvimento econômico sustentável (NERI et al., 2013).

O intervalo temporal entre 1997 e 2022 fornece uma perspectiva reveladora sobre a gestão fiscal do Brasil, medida pela comparação entre a Receita e a Despesa em relação ao PIB, de acordo com a Figura 4.

Figura 4 - Receita e Despesas do Brasil entre 1997 e 2022 (% do PIB)



Fonte: Tesouro Nacional (2023).

Inicialmente, em 1997, a Receita correspondia a 16,7% do PIB, enquanto a Despesa ficava em 14,0%. Este diferencial positivo entre receita e despesa sinaliza uma posição fiscal inicialmente sólida, onde o país arrecadava mais do que gastava. Ao avançar para o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, observa-se um crescimento sistemático da receita como proporção do PIB, atingindo 21,5% em 2002. A despesa, por outro lado, também mostrou incremento, mas a um ritmo mais controlado, culminando em 15,9% no mesmo ano. Isso indica um período de expansão fiscal, mas com certa disciplina nas contas públicas.

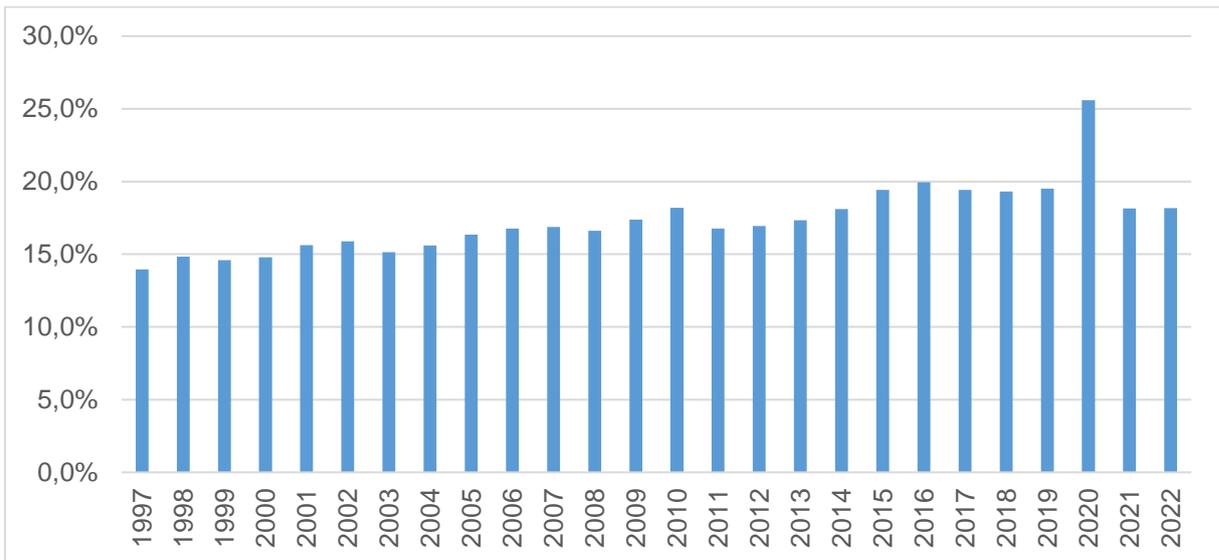
A partir de 2003, houve uma leve retração na relação receita-PIB para 20,7%, enquanto a despesa decresceu para 15,1%. Esse ajuste reflete possivelmente uma fase de correção e consolidação fiscal após os anos de expansão. Porém, o período subsequente até 2008 revela um novo ciclo de crescimento na relação receita-PIB,

alcançando 23,0% neste último ano. Ao se analisar os anos de 2009 e 2010, um cenário distinto se apresenta. Enquanto a Receita em relação ao PIB teve uma retração para 22,1% em 2009, a Despesa ampliou-se para 17,4%. O ano de 2010, contudo, viu ambos os indicadores crescerem, com a Receita alcançando 23,6% e a Despesa 18,2%. Este fenômeno pode estar atrelado à resposta governamental à crise financeira global de 2008, onde estímulos fiscais foram implementados para impulsionar a economia.

Entre 2011 e 2016, a trajetória da Receita em relação ao PIB mostrou tendência de declínio, atingindo 21,0% em 2016. Paralelamente, a Despesa continuou sua expansão até 2016, quando representou 19,9% do PIB. Este cenário sugere um desequilíbrio fiscal crescente, onde os gastos públicos superavam a capacidade de arrecadação do Estado. O ano de 2020 apresenta um cenário particularmente atípico, com a Receita caindo para 19,3% do PIB, enquanto a Despesa disparou para 25,6%. Tal dinâmica pode ser atribuída às repercussões econômicas da pandemia da COVID-19, que exigiu maiores gastos governamentais para suporte social e estímulo econômico, combinado com uma retração na atividade econômica e, conseqüentemente, na arrecadação.

Os anos de 2021 e 2022 sinalizam uma recuperação na relação Receita-PIB, com esta alcançando 23,3% em 2022. A Despesa, por sua vez, regrediu para patamares próximos aos observados antes da pandemia, situando-se em 18,1% e 18,2% respectivamente. Isso sugere um esforço de reequilíbrio fiscal no período pós-pandemia. Na figura 5 está representado os dados referente as Despesas em % do PIB.

Figura 5 - Despesas em % do PIB



Fonte: Tesouro Nacional (2023).

Em uma análise global do período, percebe-se que a gestão fiscal brasileira oscilou entre momentos de equilíbrio e desequilíbrio. Enquanto em algumas fases o país manteve suas despesas alinhadas ou até abaixo das receitas, em outros momentos, principalmente em períodos de crise, os gastos superaram a arrecadação. A relação entre Receita e Despesa em termos do PIB é indicativa da sustentabilidade fiscal de um país. Para o Brasil, a capacidade de manter essa relação em equilíbrio é crucial para garantir a confiança dos investidores, a estabilidade macroeconômica e a capacidade de financiar políticas públicas. O período de 1997 a 2022 revela as complexidades e desafios da gestão fiscal no Brasil. A interação entre Receita e Despesa, e suas variações em relação ao PIB, fornece insights valiosos sobre as prioridades políticas, as respostas a choques externos e internos e a trajetória macroeconômica do país.

A análise dos indicadores de resultado nominal e resultado primário em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB) é crucial para compreender o impacto das finanças públicas na economia de um país, como o Brasil. Esses indicadores refletem o desempenho das contas fiscais governamentais, avaliando a capacidade do governo em gerenciar suas receitas e despesas de forma sustentável. O resultado nominal, expresso como percentagem do PIB, representa a diferença entre todas as receitas e despesas do governo, incluindo os pagamentos de juros sobre a dívida pública. Este indicador é sensível a variações nas taxas de juros e ao nível de endividamento do governo. Um resultado nominal deficitário implica que o governo

está gastando mais do que arrecada, aumentando sua dívida, o que pode ser insustentável a longo prazo (CALDEIRA et al., 2016).

Por outro lado, o resultado primário em percentagem do PIB exclui os pagamentos de juros da equação, fornecendo uma medida mais direta da gestão das contas públicas. Um resultado primário positivo indica que o governo é capaz de cobrir suas despesas não financeiras com receitas correntes, demonstrando um grau de responsabilidade fiscal. Este indicador é importante para avaliar a capacidade do governo em financiar seus programas e investimentos sem depender do endividamento. No contexto do Brasil, esses indicadores têm um impacto direto na economia. Durante períodos de resultado primário deficitário e resultado nominal negativo, o país frequentemente enfrenta pressões inflacionárias, uma vez que o governo recorre à emissão de moeda para financiar seu déficit, aumentando a base monetária. Isso pode afetar adversamente o poder de compra da moeda, prejudicando a estabilidade de preços e o bem-estar da população (COUTO, PEREIRA, 2015).

Além disso, déficits orçamentários persistentes, especialmente quando acompanhados de altas taxas de juros para atrair investidores em títulos de dívida, podem resultar em um aumento significativo da dívida pública. O pagamento de juros sobre essa dívida torna-se uma parcela substancial das despesas do governo, limitando a capacidade de alocar recursos para investimentos em infraestrutura e serviços públicos de qualidade (AUGUSTINHO et al., 2013).

Ao longo de um quarto de século, de 1997 a 2022, o Brasil apresentou tendências variadas nesses indicadores que revelam aspectos importantes da política fiscal e do ambiente econômico durante esse período. Entre 1997 e 2008, observa-se uma tendência geral de declínio no déficit nominal, embora com oscilações. Em 1998, por exemplo, o país registrou um déficit nominal considerável de -4,5% do PIB, mas, em contrapartida, manteve um superávit primário de 0,5%. O superávit primário indica que, desconsiderando os juros da dívida, o governo estava arrecadando mais do que gastando. Contudo, o alto déficit nominal aponta para um peso significativo dos encargos de juros na composição das despesas governamentais nesse ano.

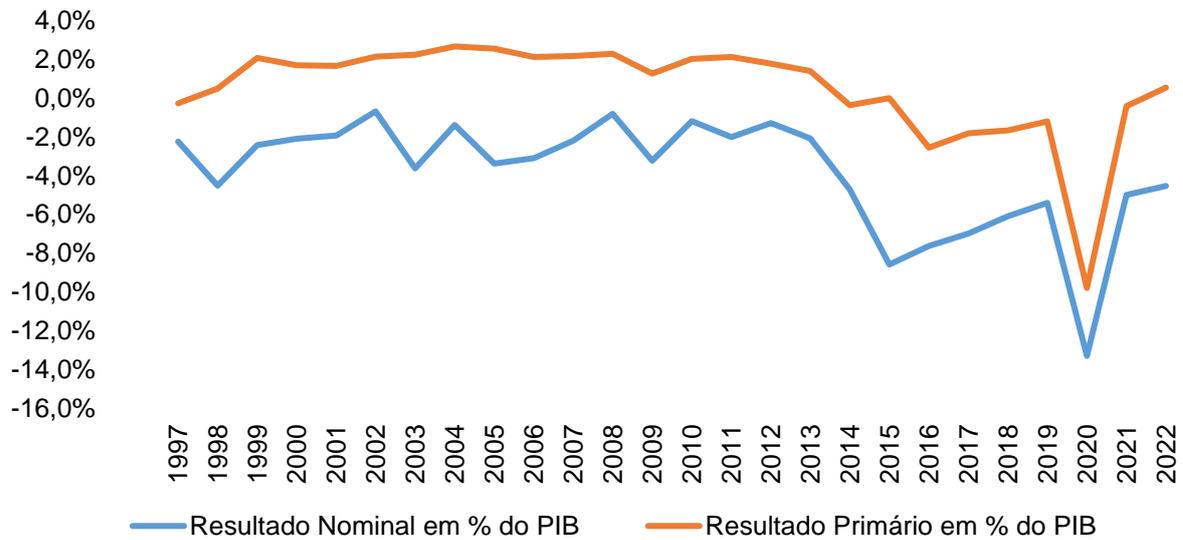
O período de 1999 a 2006 apresentou um cenário mais promissor, com déficits nominais mais contidos e superávits primários consistentes. Este padrão sugere que o Brasil estava em uma trajetória de consolidação fiscal, com um controle mais rigoroso dos gastos em relação às receitas e uma gestão prudente da dívida pública. Entretanto, essa tendência foi interrompida em 2014, quando o país registrou um

déficit nominal de -4,7% e um déficit primário de -0,4%. A virada para um déficit primário indica uma mudança na dinâmica fiscal, onde os gastos governamentais superaram as receitas mesmo antes de considerar os encargos com juros. Este foi um sinal alarmante de que o país estava em um caminho fiscal insustentável.

Os anos subsequentes, 2015 a 2017, foram particularmente desafiadores, com o Brasil registrando déficits nominais que atingiram o pico de -8,6% do PIB em 2015 e déficits primários alarmantes, como o de -2,5% em 2016. Estes números refletem uma combinação de fatores, incluindo recessão econômica, queda na arrecadação e pressões políticas que limitaram o ajuste fiscal. 2020 foi, sem dúvida, o ano mais atípico do período analisado. Com um déficit nominal recorde de -13,3% e um déficit primário de -9,8%, os números evidenciam os impactos devastadores da pandemia de COVID-19 na economia brasileira. As medidas fiscais de emergência, necessárias para suportar a economia e a população durante a crise sanitária, resultaram em um aumento exponencial dos gastos públicos, dados representados pela Figura 6.

Após o choque de 2020, observa-se uma recuperação gradual. Em 2021 e 2022, o Brasil conseguiu reduzir tanto o déficit nominal quanto o primário, com este último retornando ao território positivo em 2022. Esse movimento sugere uma tentativa de retorno à disciplina fiscal após os gastos extraordinários do ano anterior. Ao refletir sobre o período completo de 1997 a 2022, torna-se evidente a correlação entre os dois indicadores. Em anos em que o resultado primário é robusto, o déficit nominal tende a ser mais contido, indicando que o componente de juros da dívida não está pressionando excessivamente as contas públicas. Por outro lado, em anos com déficit primário, a situação fiscal torna-se mais preocupante, pois mesmo antes dos encargos de juros, o país já está no vermelho.

Figura 6 - Resultado Nominal e Resultados Primário do PIB do Brasil



Fonte: Tesouro Nacional (2023).

Para um país emergente como o Brasil, a gestão prudente das contas públicas é crucial para manter a confiança dos investidores e garantir um ambiente econômico estável. O equilíbrio entre receitas e despesas, refletido no resultado primário, e a capacidade de gerir a dívida, refletida no resultado nominal, são indicadores-chave dessa prudência. A trajetória do resultado nominal e primário do Brasil entre 1997 e 2022 oferece insights valiosos sobre os desafios e sucessos fiscais do país. Embora tenha enfrentado períodos turbulentos, especialmente na segunda metade do período analisado, o Brasil mostra sinais de resiliência e capacidade de ajuste, aspectos essenciais para a sustentabilidade fiscal em longo prazo.

A gestão responsável dos indicadores de resultado nominal e resultado primário em percentagem do PIB são fundamentais para garantir a estabilidade fiscal e o desenvolvimento econômico sustentável no Brasil. Políticas que busquem equilibrar esses indicadores são essenciais para evitar pressões inflacionárias, manter a confiança dos investidores e criar um ambiente propício para o crescimento econômico em longo prazo. A tomada de decisões prudentes nas áreas de tributação, gastos públicos e gestão da dívida são cruciais para atingir esses objetivos.

Como bem define Caldeira et al. (2016), a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) é um indicador econômico de suma importância que reflete a situação fiscal de um país, como é o caso do Brasil. Essa métrica mede a diferença entre os ativos

financeiros disponíveis do governo, como títulos públicos, e o montante de sua dívida total, que engloba tanto os passivos internos quanto externos. A DLSP é expressa como uma porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB), o que a torna uma medida relativa, indicando o peso da dívida em relação à capacidade econômica do país.

A DLSP tem um impacto abrangente na economia de um país, influenciando diversos aspectos econômicos. Quando a dívida líquida é alta em relação ao PIB, ela pode exercer pressões significativas sobre as finanças públicas, afetando negativamente a estabilidade fiscal e o ambiente de investimento. Primeiramente, uma dívida elevada aumenta o montante de recursos destinados ao pagamento de juros da dívida, reduzindo a margem de manobra do governo para alocar recursos em áreas como saúde, educação e infraestrutura (DEANE, 2002).

Além disso, uma DLSP elevada pode levar ao aumento das taxas de juros, uma vez que investidores podem demandar maiores rendimentos para compensar o risco associado a países com altos níveis de endividamento. Esse cenário de taxas de juros mais elevadas pode resultar em custos de financiamento mais onerosos, afetando o acesso ao crédito para empresas e indivíduos, o que, por sua vez, impacta o investimento, o consumo e o crescimento econômico (DE ALBUQUERQUE, 2015).

Outro desafio associado a uma DLSP alta é a possibilidade de crises fiscais e perda de confiança dos investidores. Quando os mercados percebem que a dívida está se tornando insustentável, pode ocorrer uma fuga de investidores, uma desvalorização da moeda e uma crise de dívida soberana. O Brasil tem enfrentado essas questões ao longo de sua história econômica, o que enfatiza a importância da gestão responsável da dívida pública. Por conseguinte, a gestão prudente da DLSP é essencial para a estabilidade fiscal e o crescimento sustentável. Políticas fiscais que busquem equilibrar a relação entre a dívida e o PIB, bem como medidas para aumentar a eficiência na alocação de recursos públicos, são cruciais. O fortalecimento da arrecadação de receitas e o controle das despesas também desempenham um papel importante na redução da dívida pública, tornando-a mais sustentável em longo prazo (TERRA, 2007).

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) oferece uma perspectiva valiosa sobre a sustentabilidade fiscal de uma nação. No contexto brasileiro, a evolução da DLSP de 1996 a 2022 reflete os complexos desafios econômicos, políticos e sociais que o país enfrentou durante esse período. Na segunda metade da década de 1990, o Brasil vivenciou um cenário marcado por

reformas econômicas e ajustes fiscais. A DLSP, que em 1996 era de 29,60% do PIB, manteve-se relativamente estável até 1997, quando registrou um ligeiro aumento para 30,42%. No entanto, a crise financeira global que eclodiu em 1998 afetou o cenário brasileiro, levando a DLSP a saltar para 35,38% naquele ano.

A virada do milênio foi marcada por um acentuado aumento na relação dívida/PIB, alcançando 45,49% em 1999 e mantendo-se estável em 2000. Esta elevação pode ser atribuída a diversos fatores, incluindo desafios fiscais, instabilidade política e pressões inflacionárias. Ao entrar no novo milênio, a DLSP continuou sua trajetória ascendente, atingindo 47,94% em 2001 e um pico de 55,81% em 2002. Este período foi marcado por incertezas políticas e econômicas, culminando nas eleições presidenciais de 2002.

No entanto, o período entre 2003 e 2008 caracterizou-se por uma tendência de redução gradual da DLSP em relação ao PIB. Apesar de pequenas oscilações, o índice declinou para 41,40% em 2008. Esse comportamento foi influenciado pelo robusto crescimento econômico, aumento das exportações e uma política fiscal mais contida durante esses anos. A crise financeira global de 2008, contudo, teve um impacto limitado sobre a DLSP brasileira. A relação dívida/PIB continuou sua trajetória descendente, alcançando 38,86% em 2010. Essa resiliência pode ser atribuída às reservas internacionais acumuladas pelo Brasil e à rápida recuperação econômica pós-crise.

A primeira metade da década de 2010 testemunhou uma contínua redução na DLSP, atingindo seu ponto mais baixo de 31,44% em 2014. Entretanto, a partir de 2015, o cenário mudou. Com uma economia em desaceleração, instabilidade política e desafios fiscais, a DLSP começou a crescer novamente, registrando 32,86% em 2015. O período entre 2016 e 2019 foi marcado por uma ascensão acentuada na relação dívida/PIB. A DLSP saltou para 40,97% em 2016 e continuou a crescer, alcançando 53,62% em 2019. Esse crescimento reflete os desafios econômicos e fiscais enfrentados pelo país, incluindo baixo crescimento, déficits fiscais e instabilidade política.

O impacto da pandemia da COVID-19 em 2020 exacerbou os desafios fiscais do Brasil. Com medidas de estímulo econômico e aumento dos gastos públicos, a DLSP cresceu para 56,19% naquele ano. Embora esperado, esse aumento evidencia as pressões fiscais decorrentes da pandemia. Em 2021, a DLSP atingiu seu ponto mais alto durante o período analisado, registrando 57,64% do PIB. No entanto, em

2022, houve uma ligeira redução para 56,81%. Ainda que seja cedo para interpretar esta mudança, ela pode indicar uma estabilização ou até mesmo o início de uma reversão na trajetória ascendente recente.

O perfil da dívida de um país, segregado entre dívida externa e interna, proporciona insights críticos sobre sua posição econômica e a sustentabilidade fiscal. Entre 2002 e 2022, o Brasil experimentou oscilações significativas tanto em sua Dívida Externa Total quanto na Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), refletindo a complexidade e a interação entre os mercados financeiros internos e externos.

Em 2002, o Brasil apresentou uma dívida externa de US\$ 227,69 bilhões, enquanto a DLSP estava em 43,19% do PIB. Nos anos subsequentes, a dívida externa aumentou levemente, alcançando US\$ 235,41 bilhões em 2003, mesmo com a DLSP mostrando uma leve elevação para 43,30% do PIB. Esta congruência sugere uma ampliação generalizada da dívida, tanto doméstica quanto externa, no início da década.

No entanto, 2004 trouxe uma tendência decrescente na dívida externa, atingindo US\$ 220,18 bilhões, enquanto a DLSP manteve-se estável em 42,64% do PIB. O cenário mudou em 2005, com a dívida externa diminuindo significativamente para US\$ 187,99 bilhões, contrapondo-se a uma DLSP que aumentou para 43,13%. Esse descolamento entre as duas métricas sugere um processo de "desdolarização" da dívida, com o governo brasileiro procurando reduzir sua exposição a moedas estrangeiras.

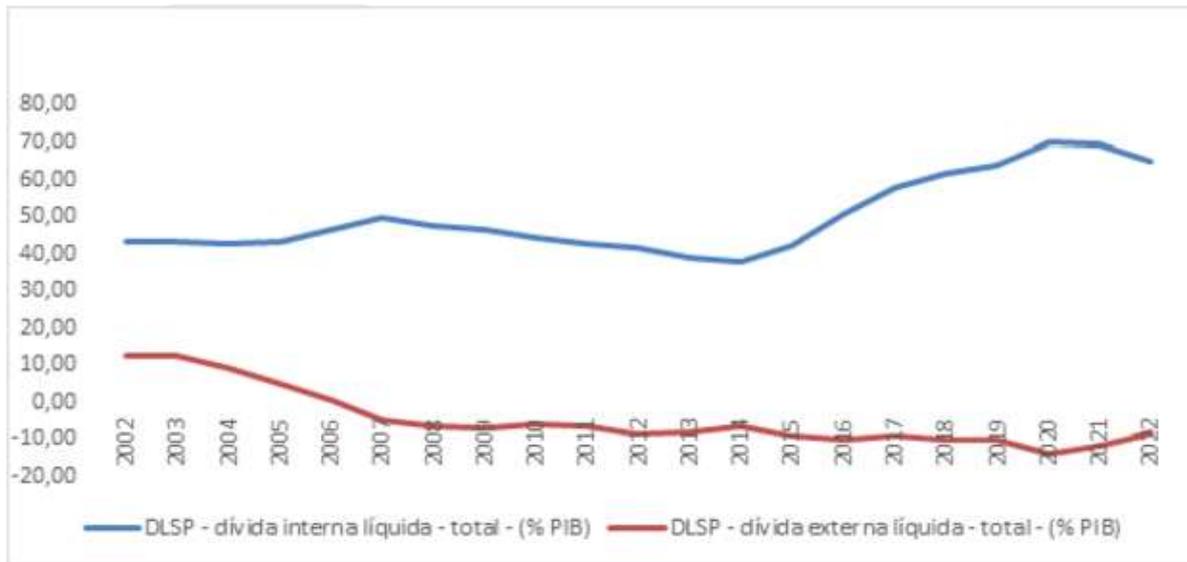
A fase de 2006 a 2010 foi marcada por um aumento progressivo na dívida externa, chegando a US\$ 351,94 bilhões em 2010. Paradoxalmente, durante esse mesmo período, a DLSP apresentou uma tendência de redução, caindo para 44,57% em 2010. Esse comportamento pode ser atribuído ao robusto crescimento econômico do Brasil durante esses anos, que fortaleceu sua posição em termos de PIB, enquanto o país continuou a acessar os mercados financeiros internacionais para financiamento.

A década seguinte, a partir de 2011, viu a dívida externa saltar significativamente, superando a marca de US\$ 404,12 bilhões. A DLSP, entretanto, manteve-se em declínio, registrando 42,95% em 2011. No entanto, a tendência da DLSP reverteu em 2015, aumentando para 42,10%, enquanto a dívida externa atingiu US\$ 540,35 bilhões. O período de 2016 a 2019 foi caracterizado por uma estabilidade

relativa na dívida externa, oscilando em torno de US\$ 550 bilhões. No entanto, a DLSP mostrou um aumento considerável, subindo para 63,98% em 2019. Esta disparidade destaca uma maior dependência do financiamento interno em relação ao externo durante esses anos.

O ano de 2020 foi atípico devido à pandemia da COVID-19, levando a dívida externa a recuar para US\$ 554,90 bilhões, enquanto a DLSP disparou para 70,06%. O aumento significativo da dívida interna em relação ao PIB reflete os esforços fiscais do governo brasileiro para combater os efeitos econômicos da pandemia. Em 2021, houve um aumento moderado na dívida externa para US\$ 567,55 bilhões, com a DLSP ligeiramente reduzida para 69,51%. O ano de 2022 mostrou uma continuação dessa tendência, com a dívida externa atingindo US\$ 576,44 bilhões e a DLSP recuando para 64,97%.

Figura 7 - Dívida Interna e Externa do Brasil



Fonte: IPEADATA (2023).

O perfil da dívida do Brasil entre 2002 e 2022 evidencia uma interação dinâmica entre dívida externa e interna. Enquanto a dívida externa mostrou uma tendência geral de crescimento ao longo dos anos, a DLSP revelou oscilações mais pronunciadas, refletindo as condições econômicas internas, as políticas fiscais e os eventos globais. O exame dessa trajetória sublinha a importância de uma gestão prudente da dívida, equilibrando fontes internas e externas de financiamento, a fim de garantir a

sustentabilidade fiscal. A relação entre dívida externa e DLSP também destaca o papel crítico da política econômica na gestão da exposição a moedas estrangeiras e na mitigação dos riscos associados à volatilidade dos mercados financeiros globais.

5 CONCLUSÃO

Diferentemente dos planos anteriores, o Plano Real se estruturou de uma forma eficaz em comparação com os demais planos econômicos brasileiros. O fato de não realizar o congelamento dos preços como os demais planos e por ter sido amplamente discutido pela sociedade foram pontos importantes para o sucesso do plano. Foi dividido por três fases: a primeira fase realizando um ajuste fiscal, para criar um cenário favorável para as demais fases do plano. A segunda fase foi criando a URV com objetivo de buscar eliminar o componente inercial da inflação e apagar a memória inflacionária, pois a população tinha vivido muitos anos com a inflação, a intenção era mostrar para os brasileiros que os preços não necessariamente, podem subir, nesta fase o cruzeiro real continuou com a função de meio de pagamento. E a última fase foi o lançamento oficial da nova moeda, o Real.

O sucesso do Plano Real permitiu uma grande conquista para o Brasil, em que garantiu a estabilidade da moeda, diminuição da pobreza e uma melhor distribuição de renda. Ao analisar a saúde econômica de uma nação, indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB) e os níveis de dívida, tanto interna quanto externa, são essenciais para compreender a dinâmica financeira e fiscal do país. Baseado nas análises anteriores sobre o Brasil, alguns padrões e tendências emergem, refletindo as complexidades das políticas econômicas adotadas e os desafios enfrentados pelo país ao longo das décadas.

Primeiramente, o PIB do Brasil experimentou oscilações ao longo dos anos analisados, mostrando períodos de crescimento robusto intercalados com momentos de estagnação ou retração. Tais flutuações podem ser atribuídas a diversos fatores, incluindo políticas internas, cenários econômicos globais e crises específicas, como a pandemia da COVID-19. O crescimento do PIB é um indicador fundamental da saúde econômica de uma nação e, neste caso, demonstra a resiliência e capacidade do Brasil de se adaptar a diversos desafios.

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) em relação ao PIB oferece uma visão crítica da sustentabilidade fiscal de um país. No período em análise, o Brasil apresentou variações consideráveis, com uma tendência geral de aumento nas últimas duas décadas. Este crescimento da dívida interna em proporção ao PIB sugere desafios fiscais significativos, muitas vezes exigindo políticas de austeridade ou reformas para garantir a sustentabilidade fiscal.

Por outro lado, a análise da dívida externa revela uma interação dinâmica entre a economia doméstica e os mercados financeiros internacionais. O aumento progressivo da dívida externa pode indicar tanto a confiança dos investidores estrangeiros na economia brasileira quanto a necessidade do país de financiar seus déficits. A gestão dessa dívida é crucial para garantir a estabilidade da moeda e a confiança no mercado.

Uma observação notável é a relação aparentemente inversa entre a dívida externa e a DLSP em certos períodos. Quando a economia brasileira buscava reduzir sua exposição à dívida denominada em moedas estrangeiras, observou-se um aumento na dívida interna, e vice-versa. Essa dinâmica sublinha a estratégia de diversificação da dívida e a tentativa de equilibrar as fontes de financiamento.

Os impactos da COVID-19 na economia brasileira foram evidentes, com reflexos tanto no PIB quanto nos níveis de dívida. A pandemia provocou uma retração econômica, levando o governo a adotar medidas fiscais para combater seus efeitos. Isso resultou em aumentos significativos na DLSP, refletindo os desafios fiscais adicionais trazidos por essa crise sem precedentes. Outro aspecto relevante é a interdependência dos indicadores. Por exemplo, um PIB em crescimento pode melhorar a relação dívida/PIB, mesmo que o montante da dívida permaneça inalterado. Da mesma forma, a política monetária, refletida na Taxa Selic, pode influenciar o crescimento econômico, a inflação e, conseqüentemente, a dinâmica da dívida.

Em resumo, o perfil econômico e fiscal do Brasil durante o período analisado é multifacetado. As decisões políticas, os eventos globais e os desafios domésticos moldaram a trajetória dos indicadores-chave. A capacidade do Brasil de navegar por esses desafios, equilibrando crescimento, estabilidade e sustentabilidade, será crucial para seu futuro econômico. A complexidade das interações entre PIB, Taxa Selic e níveis de dívida sublinha a importância de uma gestão macroeconômica holística. Para um país com a magnitude e a importância do Brasil, manter um equilíbrio entre crescimento, estabilidade monetária e sustentabilidade fiscal será sempre uma tarefa desafiadora, mas essencial para o bem-estar. Esta monografia é somente uma análise dos dados no período citado, o autor optou por não fazer qualquer posicionamento.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Gestão de Finanças Públicas**. Brasília: Gestão Pública, 2008.
- AMADEO, Edward. **O que divide os economistas brasileiros**. Relatório Especial: Tendências Consultoria Integrada, 2003.
- AUGUSTINHO, Sonia Maria; DE OLIVEIRA, Antonio Gonçalves; DE LIMA, Isaura Alberton. **A “contabilidade criativa” e a inscrição de restos a pagar como “expediente” para alcançar o superávit primário**. REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade, v. 3, n. 4, p. 127-147, 2013.
- BARBOSA, Ellen Karoline Silva. **POLÍTICAS MONETÁRIAS: O PLANO REAL E SEUS IMPACTOS**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 9, n. 8, p. 118-134, 2023.
- BATISTA JR, Paulo Nogueira. **O Plano Real à luz da experiência mexicana e argentina**. Estudos Avançados, v. 10, p. 127-197, 1996.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; NAKANO, Y. **Uma estratégia de desenvolvimento com liberdade**. Revista de Economia Política, v. 22, n. 3, p. 146-180, jul./set. 2002.
- BRUYNE, P. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1991.
- CAETANO, Sidney Martins; SILVA JR, Geraldo Edmundo; CORRÊA, Wilson Luiz Rotatori. **Abordagem discreta para a dinâmica da taxa SELIC-meta**. Economia Aplicada, v. 15, p. 199-221, 2011.
- CALDEIRA, Alessandro Aurélio et al. **Sustentabilidade da dívida estadual brasileira: uma análise da relação dívida líquida e resultado primário**. Revista de Administração Pública, v. 50, p. 285-306, 2016.
- CARVALHO, F. J. C. **Mercado, Estado e Teoria Econômica: uma breve reflexão**. *Econômica*, Niterói (RJ), v. 1, n. 1, p. 9-25, 1999.
- COUTO, Joaquim Miguel; PEREIRA, Beatriz Fernandes. **SUPERÁVIT PRIMÁRIO E DÉFICIT NOMINAL: AS CONTAS PÚBLICAS DO GOVERNO CENTRAL BRASILEIRO (1995-2012)**. A Economia em Revista-AERE, v. 23, n. 2, p. 1-19, 2015.
- CYSNE, Rubens. **Razão dívida PIB e teto dos gastos**. Revista Conjuntura Econômica, v. 72, n. 2, p. 30-32, 2018.
- DA SILVA, Tarcio Lopes; NETO, Paulo de Melo Jorge. **Economia de escala e eficiência nos bancos brasileiros após o Plano Real**. Estudos Econômicos (São Paulo), v. 32, n. 4, p. 577-619, 2002.

DALMONECH, Luiz Fernando; TEIXEIRA, Arilton; SANT'ANNA, José Mario Bispo. **O impacto ex-post da Lei de Responsabilidade Fiscal nº101/2000 nas finanças dos estados brasileiros.** Revista de Administração Pública, v. 45, p. 1173-1196, 2011.

DE ALBUQUERQUE, Joaquim Ramalho. **Uma análise dos fatores condicionantes da dívida líquida do setor público no período de 2002 a 2014.** Carta de Economia e Negócios, v. 2, n. 3, 2015.

DEANE, Tatiana. **Dívida líquida do setor público chega a 58, 6% do PIB.** Revista Conjuntura Econômica, v. 56, n. 8, p. 154-155, 2002.

DELFIN NETTO, A.; GIAMBIAGI, F. **O Brasil precisa de uma agenda de consenso.** *Boletim de Conjuntura*, IPEA, 2005. (Nota técnica).

DORNBUSCH, Rudiger et al. **Macroeconomia.** 11. ed. New York: Amgh Editora Ltda, 2011.

FAVERO, C. **Fiscal and monetary policy interactions: Empirical evidence on optimal policy using a structural new-Keynesian model.** *Journal of Macroeconomics*, 2004.

FÁVERO, C.; GIAVAZZI, F. **Why are Brazil's interest rate so high?** IGER, Universita Bocconi, Milan, Italy, 2002. Mimeograf.

FRANCO, SOUSA. **Finanças públicas e direito financeiro.** 4 ed. Coimbra: Almedina, 1997.

GAMEIRO, António; MOITA, Belmiro; MOITA, Nuno. **Finanças Públicas.** 1 ed. Coimbra: Almedina, 2018.

GERARDO, J. **Política fiscal e sustentabilidade do crescimento.** 2010.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil.** 2. ed.. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

GIAMBIAGI, Fábio; DE CASTRO, Lavinia Barros; VILLELA, André Arruda; HERMANN, Jennifer. *Economia Brasileira Contemporânea: GEN Atlas*, 2016.
GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008

GOBETTI, S.; AMADO, A. Ajuste fiscal no Brasil: algumas considerações de caráter póskeynesiano. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 13., 2008**, João Pessoa. *Anais.* João Pessoa, 2008. p. 1-25.

GOLDFJAN, I.; GUARDIA, E. R. **Regras Fiscais e Sustentabilidade da Dívida no Brasil. Notas Técnicas do Banco Central do Brasil número 39, julho de 2003.**

GREMAUD, Amaury Patrick. **Economia brasileira contemporânea.** Amaury Patrick Gremaud, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos, Rudinei Toneto Jr. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HERMANN, J. **Ascensão e queda da política fiscal: de Keynes ao 'autismo fiscal' dos anos 1990-2000**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 34., 2006, Salvador, *Anais*. Salvador, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=resultados&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-pib. Acesso em: 12/09/2023

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – Ipeadata. Disponível em: <https://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 12/09/2023

KEYNES, J. M. **The General Theory of Employment, Interest and Money**. (1936). The Collected Writings of John Maynard Keynes, VII. Londres: Royal Economic Society/Macmillan, 1973a.

LACERDA, Antônio Correa De. **O Brasil na contramão?: reflexão sobre o Plano Real, política econômica e globalização**. São Paulo: Saraiva, 2001.

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. **Curso de finanças públicas: uma abordagem contemporânea**. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

LOPES, M.; MOLLO, M. L. R. **Regime de metas de inflação, Regra de Taylor e neutralidade da moeda: Uma crítica pós-keynesiana**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 14., 2009, São Paulo, *Anais*. São Paulo, 2009.

MEDEIRO

S, Ana Luiza; BARBOSA, Joseane Alves; LOPES, Neydiane Pereira. **O efeito da taxa SELIC nas taxas de juros bancários do Brasil entre o período de 2011 a 2019**. Revista da FAESF, v. 3, n. 3, 2019.

MENDES, Antonio Manuel Teixeira; VENTURI, Gustavo. **Eleição presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco**. Opinião Pública, v. 2, n. 2, p. 59-72, 1994.

Mendes, M.; Venturi, G. **“Eleição presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco”**. Opinião Pública, vol. 2, 1994.

MERCADANTE, Aloizio. **O Brasil pós-real: a política econômica em debate**. Campinas: Instituto de Economia, Unicamp, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MODENESI, Andre de Melo; MODENESI, Rui Lyrio. **Quinze anos de rigidez monetária no Brasil pós-Plano Real: uma agenda de pesquisa**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 32, p. 389-411, 2012.

MOREIRA, Tito Belchior S.; DE SOUZA JÚNIOR, Celso Vila Nova; CUNHA, George H. **A evolução do Produto Interno Bruto entre 2001 e 2016**. Carta de Economia e Negócios, v. 3, n. 1, 2016.

NERI, Marcelo Côrtes; VAZ, Fabio Monteiro; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. **Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família: uma análise**

comparativa das transferências sociais. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, v. 1, p. 193-206, 2013.

OLIVEIRA, Gesner. **Brasil Real : desafios da pós estabilização na virada do milênio.** Editora Mandarim — São Paulo, 1996

PEREIRA, José Matias. **Finanças Públicas. 1.Ed São PAULO: Atlas LTDA, 2017.**
PIGOU, Artur C. **A studey in public finance.** London: MacMillan, 1929.

PONTEL, Josiane; TRISTÃO, Pâmela Amado; BOLIGON, Juliana Andreia Rudell. **O comportamento da taxa selic e as operações de investimento e financiamento de pessoa física no período pós-crise econômica.** Revista Gestão Organizacional, v. 13, n. 2, p. 123-141, 2020.

PORSSE, Alexandre A. et al. **Impactos econômicos da COVID-19 no Brasil.** Nota Técnica NEDUR-UFPR, v. 1, p. 44, 2020.

REZENDE, Fernando. **A reforma tributária e a federação.** Editora FGV, 2009.

REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas.** São Paulo: Atlas, 2012.

RIBEIRO, Francielle et al. **A evolução do produto interno bruto brasileiro entre 1993 e 2009.** Vitrine da Conjuntura, v. 3, n. 5, p. 1-11, 2010.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther. **Impactos do novo regime fiscal na saúde e educação.** Cadernos de Saúde Pública, v. 32, p. e00194316, 2016.

SIMS, C. **Limits to Inflation Targeting. Department of Economics Working Paper, Technical report, Princeton University, 2003.**

SOUSA, Janaildo Soares et al. **Impacto da construção civil no produto interno bruto brasileiro.** Humanas Sociais & Aplicadas, v. 5, n. 12, 2015.

TERRA, Fábio Henrique Bittes. **A apreciação cambial e a Dívida Líquida do Setor Público.** Revista Economia & Tecnologia, v. 3, n. 3, 2007.

TREMEA, Nádja Jacqueline Coelho. **As exportações e o Produto Interno Bruto do Brasil no período de 2000 a 2009.** Revista ADMPG, v. 4, n. 1, 2011.

VIEIRA, Fabiola Sulpino et al. **O direito à saúde no Brasil em tempos de crise econômica, ajuste fiscal e reforma implícita do Estado.** Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, v. 10, n. 3, 2016.

YOURDON, E. **Análise estruturada moderna.** Tradução de Dalton Conde de Alencar.